



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

ESTUDOS PRELIMINARES

UNIDADE REQUISITANTE: Seção de Controle de Custos e Suprimentos - Divisão Administrativa da Diretoria de Infraestrutura.

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE PÚBLICA:

I.1 Qual a necessidade pública?

O café é insumo de consumo recorrente, essencial para o bem-estar dos servidores e para hospitalidade em reuniões e eventos. Com vistas ao melhor interesse da Administração, o presente Estudo Técnico Preliminar visa atender a necessidade do consumo de bebida quente (café) pelos magistrados, servidores, colaboradores e visitantes nas unidades que compõem o PJSC, os quais são imprescindíveis para o exercício das atribuições institucionais.

I.2 Será uma contratação inédita?

Não se trata de contratação inédita.

I.3 Como esta necessidade pública vem sendo atendida até o momento?

Atualmente o fornecimento de café em pó e açúcar é realizado por meio das Atas de Registro de Preço Permanente.

I.3.1 Qual o número do processo administrativo da contratação anterior?

A aquisição de café em pó se dá por meio da Ata de Registro de Preço 058/2024 (sei n. 0111166-61.2024.8.24.0710), Pregão n. 90119/2024 (sei n. 0069797-87.2024.8.24.0710), vigente até 17/10/2026.

A aquisição de açúcar se dá por meio da Ata de Registro de Preço 038/2025 (sei n. 0065319-02.2025.8.24.0710), Pregão n. 900039/2025 (sei n. 0042731-98.2025.8.24.0710), vigente até 29/07/2026.

I.4 Em que data a contratação para o atendimento desta necessidade precisa estar vigente?

Considerando as vigências atuais, visando evitar a descontinuidade no fornecimento, há necessidade que a nova contratação ocorra até **29 de julho de 2026**.

II. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

II.1 Identificação da demanda no PCA: UR DIE 252

Foi prevista a possibilidade de contratação compartilhada com outros órgãos, no caso de aquisição de bens por Sistema de Registro de Preços, conforme a Res. GP n. 02/2022?
Não. Justificativa: Não se enquadra nas hipóteses da Resolução GP n. 2/2022.

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

III.1 Quais os requisitos da contratação?

III.1.1. Requisitos funcionais:

Café em pó, torrado e moído;

Açúcar refinado, de origem vegetal, branco.

Os produtos deverão manter o padrão de qualidade.

Café: Embalagem a vácuo, em pacote 500 gramas;

Açúcar: Embalagem em pacotes de 1kg.

Café e açúcar: Validade mínima de 10 meses a partir da entrega;

Café e açúcar: Entrega parcelada conforme necessidade da instituição.

III.1.2. Requisitos não funcionais:

A embalagem deverá estar intacta, sem violação ou avarias.

Transporte e entrega sob responsabilidade da fornecedora.

III.1.3 Requisitos externos:

O café e o açúcar deverão atender às normas da ANVISA e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

Cumprimento das exigências de rotulagem nutricional e informações obrigatórias em embalagens;

Transporte e distribuição devem seguir normas de segurança alimentar.

Inclusão em Programas ou Políticas de Sustentabilidade Preferência por produtos que contribuam para programas institucionais, como compras públicas sustentáveis ou redução de plástico de uso único.

III 1.4 Requisitos de sustentabilidade, em conformidade com o Guia de Contratações Sustentáveis do Poder Judiciário de Santa Catarina

Em consonância com a Resolução CNJ n. 400/2021, que institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, e reforça o compromisso do PJSC com a Agenda 2030 da ONU, com destaque para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n. 12 – Consumo e Produção Responsáveis a contratação visa fomentar a sustentabilidade por meio de:

Adoção pelo fabricante de práticas industriais com baixo consumo de energia, uso responsável de recursos e redução de resíduos.

Conformidade com Políticas Ambientais: o produto deve estar alinhado com políticas públicas de sustentabilidade e com a legislação ambiental vigente, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com observância de legislações ambientais aplicáveis à produção e descarte de

embalagens;

III.2. Quais as justificativas para os requisitos escolhidos?

A escolha dos requisitos técnicos, legais e sustentáveis visa garantir a aquisição de produtos seguros para o consumo humano, alinhados às normas sanitárias, ambientais e institucionais.

III.3. Quais normas devem ser atendidas para a solução alcance seus objetivos?

Resolução CNJ nº 400/2021 (atualizada pela Resolução nº 550/2024): Estabelece a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, com foco em contratações sustentáveis, logística eficiente e consumo responsável.

Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos: Determina a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e incentiva o uso de materiais biodegradáveis e recicláveis.

Os produtos deverão atender às normas da ANVISA e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

IV. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE:

IV.1 Quantas unidades de serviços ou bens deverão ser contratadas?

Os quantitativos foram estipulados pela Seção de Controle de Custos e Suprimentos, da DIE, a qual é responsável pelo controle e gerência da aquisição dos produtos e a quantidade estimada foi obtida em conjunto com a Divisão de Almoxarifado-DMP, responsável pela distribuição dos produtos. Desse modo, levou-se em consideração:

- 1. Quantidade de bens distribuídos para todas as Unidades do PJSC nos últimos 12 (doze) meses;
- 2. Aumento no número de servidores, magistrados e colaboradores nas unidades;
- 3. A criação de novas unidades judiciárias;
- 4. A reestruturação do serviço judiciário de segundo grau, com a criação de 12 novos cargos de desembargador e 4 cargos de juiz de segundo grau;
- 5. O quantitativo disponível em estoque no Almoxarifado;
- 6. Quantidade necessária para manter o fornecimento pelo prazo de 12 meses.

Diante das considerações elencadas, bem como do histórico de aquisições demonstradas no quadro acima, foi possível estabelecer os seguintes quantitativos estimados para consumo anual:

Item	Descrição	Quantidade/PACOTE
1	Café em pó	46.000
Item	Descrição	Quantidade/kilo
2	Açúcar refinado	16.000

IV.2 Qual o histórico da demanda pelo bem ou serviço?

Visando apresentar dados históricos, foram selecionados os anos de 2024 e 2025, para apresentar as aquisições nesse período:

CAFÉ EM PÓ:

2024 - 18.300 kg – relativo a 36.600 pacotes de 500 gramas.

2025 - 17.100 kg – relativo a 34.200 pacotes de 500 gramas.

AÇÚCAR REFINADO:

2024 - 12.000 kg

2025 - 10.200 kg

IV.3 Haverá incremento ou diminuição da demanda levando-se em conta os objetivos propostos no Planejamento Estratégico Institucional ou no planejamento específico da unidade gestora orçamentária, a exemplo do Plano de Obras ou Plano Diretor de Tecnologia da Informação?

Não há previsão de incremento ou diminuição da demanda.

IV.4 Haverá fixação de quantidade mínima por pedido, em caso de aquisição de bens?

Não foi estabelecida quantidade mínima por pedido para a aquisição.

IV.4.1 Qual a justificativa caso não se indique quantidade mínima por pedido?

Não há como mensurar a quantidade mínima que o PJSC irá adquirir, durante a vigência da contratação, bem como não há como indicar a quantidade de produtos que serão solicitados em cada pedido, haja vista os pedidos serem realizados conforme demanda.

V. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO e ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Após analisar a realidade do mercado e possíveis soluções à contratação presente, nota-se que uma das formas de aquisição de café em pó e açúcar para consumo seria a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de fornecimento automático de bebidas quentes, com os materiais e equipamentos necessários à sua execução.

Tal solução já foi utilizada por este órgão e se mostrou inviável, tendo como ponto negativo principal o alto custo de manutenção, pois esse tipo de equipamento necessita de uma atenção especial, pode conter fungos e isso pode ser extremamente prejudicial para a pessoa que a utiliza.

Além disso, há situações específicas tais como a realização de sessões do Tribunal do Júri e recepção de autoridades, as quais requerem o fornecimento de forma

individualizada, especialmente por questões de higiene após a pandemia.

Visando ao levantamento de mercado com o escopo de definir as diferentes soluções disponíveis para aquisição/contratação, observou-se que no mercado ofertante da solução de café em pó e açúcar, predominaram principais tipos de soluções, conforme seguem detalhamentos:

Solução 1 - ata de registro de preço através do Sistema de Registro de Preço (SRP): O SRP tem por escopo tornar apta diversas contratações simultâneas sem que seja necessário realizar um procedimento unitário para cada item, trazendo mais agilidade para a contratação e, também, evitando a formação de estoque, o que não é algo vantajoso para a administração pública, especialmente se tratando de bens que podem estragar. Atualmente é bastante utilizado nas contratações do Poder Judiciário catarinense.

Solução 2 - ata de registro de preço permanente através do Sistema de Registro de Preço Permanente (SRPP): O SRPP difere do sistema convencional do SRP precisamente porque é permanente, isto é, dispensa novas licitações. Após o período de 12 (doze) meses de vigência é reaberta a fase de lances, no mesmo pregão, aproveitando o mesmo edital, parecer jurídico, e todo o procedimento realizado anteriormente.

Solução 3 - Fornecimento continuado estimado: Consiste no estabelecimento de contrato de fornecimento continuado com quantitativos estimados, permitindo contratação por demanda e conforme necessidade institucional. Esta forma combina a flexibilidade do fornecimento por demanda, constituindo contrato de fornecimento continuado que pode ter vigência de até cinco anos, prorrogável por igual período, totalizando até dez anos de duração.

Abaixo seguem exemplos de pregões com características similares ao ora proposto:

Órgão	Descrição	Tipo de contratação	Valor da contratação
Município de Quatro Barras/PR	Aquisição de café torra moído em pó 500 gramas.	Pregão Eletrônico 000171/2025	R\$ 59,99/pacote 500 gramas
Município de Botelhos/MG	Aquisição de café torra moído em pó 500 gramas.	Pregão Eletrônico 000172/2025	R\$ 52,00/ pacote 500 gramas
Ministério Público do Estado de Santa Catarina	Aquisição e fornecimento de alimentação - coffee breaks (lanches) para participantes de diversos eventos.	Pregão Eletrônico 032/2025	R\$ 42,90/ pacote 500 gramas

V.2 INDICAÇÃO SOBRE A NATUREZA DOS BENS (COMUM OU LUXO) APONTADOS NAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS:

Nenhuma das soluções disponíveis possui itens que se enquadrem como bens de luxo.

VI. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO (CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO)

VI.1 A adjudicação do objeto se dará por item ou por grupo de itens?

A adjudicação será por item.

VI.2 Em caso de agrupamento de itens, quais as justificativas da não adoção do parcelamento da solução.

Não se aplica.

VII. RESULTADOS PRETENDIDOS:

VII.1 Benefícios diretos

Garantir a qualidade dos produtos em todas as unidades do PJSC;

Controle de estoque e gestão de insumos;

Economia com aquisição de grande quantidade, o que permite melhores condições de preço e logística;

Produtos regulamentados pela ANVISA e MAPA, garantindo segurança alimentar.

VII.2 Benefícios indiretos

A disponibilização do café e açúcar transmite organização, atenção ao bem-estar e profissionalismo;

Produtos de fácil armazenamento e distribuição.

Redução de custos indiretos, evitando a necessidade de soluções caras como aquisição de capsulas de café e terceirização de coffee break.

VIII. PROVIDÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

VIII. 1 Será necessário realizar capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual?

Considerando que se trata de uma aquisição que vem sendo realizada, já vem sendo fiscalizado e sendo feita a gestão contratual pela unidade requisitante, não se faz necessário adotar providencias específicas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem realizar capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

VIII.2 Será necessário realizar alguma adequação do ambiente para que o instrumento contratual possa ser celebrado?

Considerando que não há inovação na presente contratação, não será necessário adotar

providencias específicas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem realizar capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

IX. CONTRATAÇÕES CORRELATAS:

IX.1 Será necessária alguma contratação interdependente para o início desta que será contratada?

Não se verificam contratações interdependentes necessárias à viabilidade desta contratação.

IX.2 Será necessária alguma contratação correlata a esta que será contratada?

Não se verificam contratações correlatas necessárias à viabilidade desta contratação.

X. IMPACTOS AMBIENTAIS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:

X.1 Quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade, preencher uma das seguintes alternativas

Esta licitação possui item com critério de sustentabilidade indicado como requisito sustentável, em consonância com a Resolução CNJ n. 400/2021, que institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, e reforça o compromisso do PJSC com a Agenda 2030 da ONU, com destaque para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n. 12 – Consumo e Produção Responsáveis a contratação visa fomentar a sustentabilidade por meio de:

Adoção pelo fabricante de práticas industriais com baixo consumo de energia, uso responsável de recursos e redução de resíduos.

Conformidade com Políticas Ambientais: o produto deve estar alinhado com políticas públicas de sustentabilidade e com a legislação ambiental vigente, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com observância de legislações ambientais aplicáveis à produção e descarte de embalagens;

X.1.1 Qual a justificativa da não adoção de critérios de sustentabilidade ou de não haver critérios de sustentabilidade?

Não se aplica.

X.2 Houve consulta ao Guia de Contratações Sustentáveis do PJSC pelos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação?

Sim.

XI. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO QUE MELHOR ATENDE À NECESSIDADE PÚBLICA:

Aquisição de café em pó e açúcar por meio de contrato de fornecimento contínuo estimado, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei n. 14.133/2021.

XII. ADEQUAÇÃO DO OBJETO À NECESSIDADE:

A solução de aquisição de insumos (café em pó e açúcar refinado) para preparo interno aproveitando a infraestrutura de copeiragem e equipamentos já existentes nas unidades do

PJSC. Esta solução mostra-se a mais vantajosa para o atendimento da necessidade pública, uma vez que foram descartadas alternativas como a locação de máquinas automáticas devido ao alto custo de manutenção e os riscos de contaminação biológica por fungos, o que garante maior higiene e economia institucional. A escolha está alinhada às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), da Resolução CNJ nº 400/2021 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 12, promovendo consumo responsável e reforçando o compromisso institucional com práticas sustentáveis.



Documento assinado eletronicamente por **Janete Paternolli, Analista Jurídica**, em 04/03/2026, às 13:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Viviane Guedes, Chefe de Divisão**, em 04/03/2026, às 14:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jacson Fabiano Favaro, Chefe de Seção**, em 04/03/2026, às 14:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Jesus, Diretora**, em 04/03/2026, às 16:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **10419994** e o código CRC **E8E8DE0C**.